

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

FAVIANE GABRIEL LOPES

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E
ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

MARINGÁ

2014

FAVIANE GABRIEL LOPES

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E
ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia, pelo
Curso de Pedagogia da Universidade
Estadual de Maringá.

Orientadora: Profa. Dra. Regina de
Jesus Chicarelle.

MARINGÁ

2014

FAVIANE GABRIEL LOPES

AS CONTRIBUIÇÕES DAS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

Orientadora: Profa. Dra. Regina de Jesus Chicarelle.

Aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora

Profa. Dra. Regina de Jesus Chicarelle (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula (UEM)

Prof.^a Dr.^a Tânia dos Santos Alvares da Silva (UEM)

AS CONTRIBUIÇÕES DAS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Faviane Gabriel Lopes*

Dr.^a Regina de Jesus Chicarelle**

RESUMO: O objetivo geral da presente pesquisa é compreender as contribuições das relações entre família e escola no desenvolvimento da criança na educação infantil, a fim de contribuir para os processos de aprendizagem e desenvolvimento da mesma e proporcionar conhecimentos que possam subsidiar a compreensão da primeira etapa da educação básica. E os objetivos específicos são: investigar o que diz a legislação brasileira sobre os deveres do Estado em relação à família, a fim de analisar como as leis pode nortear a família em relação a seus direitos. Estudar a importância das relações entre a família e a Educação Infantil e como esta relação pode interferir, bem como ajudar no desenvolvimento e na aprendizagem da criança. Buscou-se a fundamentação teórica das teorias psicológicas usando os seguintes autores: Galvão, Piaget, Vigotski. Com base no que foi descrito, os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram de caráter qualitativo, e bibliográfico considerando as discussões e questões aqui feitas que suscitam outros estudos que abrangem busca e análise em trabalhos de fontes primárias, teses, monografias, livros, bem como documentos oficiais disponíveis em meios eletrônicos, que destacam acerca da função e dos objetivos propostos para a Educação Infantil. Constatou-se, nesta pesquisa, que a família desempenha um papel importante na formação do indivíduo, porém a escola ainda não descobriu caminhos que possibilitem um vínculo de interação, diálogo, ajuda e parceria com a família, tentam fazer essa aproximação por meio de reuniões, festas comemorativas, entre outros. Mas muitas famílias continuam distantes e desinteressadas, por vários aspectos, sejam eles econômicos, afetivos ou por falta de tempo. Na idade de zero a cinco anos, a criança está vivenciando a base de sua vida afetiva, emocional e do desenvolvimento da aprendizagem, logo, tem a necessidade de relações e interações, entre a escola e a família, a fim de que o ambiente que a criança vive possa auxiliá-la nos seus processos de aprendizagem.

Palavras-chave: Família. Escola. Educação Infantil. Relações.

*Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

** Prof^a Dr^a da Universidade Estadual de Maringá e Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

THE CONTRIBUTION OF THE RELATIONS BETWEEN FAMILY AND SCHOOL TO CHILD DEVELOPMENT

Faviane Gabriel Lopes

Dr^a. Regina de Jesus Chicarelle

ABSTRACT: The general objective of this research is to understand the contribution of the relations between family and school in child development on kindergarten, in order to contribute on learning processes, it's development and to promote acquirements to subsidize the understanding of basic education's first stage. And the main objectives are: Investigate about what does Brazilian legislation tells about State's duties of family, in order to analyze how it can guide the families into it's rights. Study the importance of the relations between family and childhood education and how this one can interfere, as much as how can it help in child's development and learning. This work has it's theoretical basis grounded on psychological theories of the following authors: Galvão, Piaget, Vigostky. Based on what was described, the methodological procedures of this research has a qualitative approach and the methodology is based on discussions and questions made here that raise other studies that cover search and analysis in primary source works, theses, monographs, books, and digital documents, that highlights both function and objectives suggested for Childhood Education. This research found that family plays an important role in individual formation, although there are yet few ways in school environment to enable a good interaction bound, with dialog, help and partnership with family, there are approach try outs through gatherings, celebrative parties and so on. Yet many families are still distant and uninterested, for many reasons, such as economic ones, affective ones, or even lack of time. In the age of zero to five years old, kids are developing the basis of it's affective and emotional life, as much as it's learning development. Therefore relations and interactions between school and family are necessary due to the importance of an environment which can assist kids learning processes.

Keywords: Family. School. Childhood. Education. Relations.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, acontece do primeiro aos cinco anos de vida da criança, nessa fase a criança passa por vários estágios, sendo cada etapa do desenvolvimento definido por um tipo de relação particular da criança com seu ambiente familiar, cultural, social e escolar. Os estágios que acontecem desde os primeiros anos de vida da criança, dependem de cada indivíduo e das condições que lhe são oferecidas no ambiente em que convive.

Sendo assim, é de suma importância entender o desenvolvimento particular de cada criança, bem como entender a questão pedagógica, e a lei que oferece respaldo para a Educação Infantil, é a lei 9.394/96 de 20, de dezembro de 1996, a qual define a Educação Infantil como uma modalidade que deve ser valorizada por pais e educadores, priorizando o bem estar e desenvolvimento das crianças.

Um dos objetivos da escola é possibilitar um vínculo de interação, comunicação e diálogo com a família, porém ela não sistematizou meios que possam realmente envolver as famílias a tal objetivo. As escolas tentam aproximar sua realidade a da família, por meio de reuniões, conversas, recados nas agendas, festas comemorativas, envio das atividades desenvolvidas ao longo dos meses.

Porém, são caminhos tomados pela escola insuficientes, pois muitas vezes esses métodos não acontecem na realidade da escola e da família, visto que continuam distantes e não participativas, pelo fato dos pais trabalharem até tarde. Ou até mesmo tornam a escola depósito de crianças, deixando seus filhos a cargo da escola, e abandonando o papel da família de educar, construir valores humanos, de amor, afetividade e atenção.

A realidade social da família mudou, pois é permeada por inúmeros desafios, dentre eles se destacam a violência dentro e fora da família, desemprego, pobreza, drogas e outras situações que atingem e redefinem a família. As estruturas familiares também modificaram - se, pois diminuiu o número de membros, diferenciando-se das famílias maiores do início do século XX, nos deparamos com diferentes arranjos familiares, compostas por casais heterossexuais, homossexuais e pais separados.

Temos, ainda, as tecnologias quem têm ocupado o tempo das crianças e dessa forma também não se tem o diálogo entre pais e filhos, pois muitos desses chegam em casa tarde e precisam realizar seus afazeres domésticos e não brincam, conversam ou saem para ter um momento de lazer com seus filhos.

Já a escola, está esgotada de trabalho e esquece muitas vezes de abrir as portas para o diálogo e a participação dos pais, mesmo esses fatores sendo indispensáveis e primordiais para a educação, proporcionando a interação de modo que a criança se sinta acolhida no lugar em que passa boa parte da sua vida.

Desse modo, surgem dúvidas de como a família pode ajudar e contribuir para o desenvolvimento e da aprendizagem da criança, tendo em vista todos os fatores financeiros, psicológicos e sociais da família, e é isto que pretendemos explicar no decorrer do trabalho.

A constituição Federal, em seu artigo 205 (BRASIL, 1988) explicita que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, porém no título II, do artigo 1º da lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) houve uma alteração mudando a ordem dos termos, sendo dever primeiramente da família para com a educação e depois do Estado.

Sendo assim, a família passou a ter responsabilidade maior, respaldada na lei, e é necessário que a família e a escola mantenham-se em constante diálogo, tendo uma relação que possibilite uma educação de qualidade para as crianças. Geralmente é com a família que a criança tem seu primeiro contato, ao nascer, formando sua personalidade para a vida adulta, por isso desempenha um papel muito importante na formação do indivíduo.

Assim também acontece na escola quando os pais têm a necessidade de receber ajuda no relacionamento com a sociedade, sendo de suma importância que a escola esteja disponível e interessada em ajudar os pais na orientação educacional de seus filhos

A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (BRASIL, 1996) apresenta o conceito de educação como sendo aquela que vai além da educação formal, pois é na família que a criança construirá valores a serem incorporados ao longo da vida e na qual ocorre o primeiro processo de socialização que lhe permitirá traçar caminhos futuros.

Nosso objetivo, portanto, é compreender as contribuições das relações entre família e escola no desenvolvimento da criança na educação infantil, a fim de contribuir para os processos de aprendizagem e desenvolvimento da mesma e proporcionar conhecimentos que possam subsidiar a compreensão da primeira etapa da educação básica.

Temos como objetivos específicos investigar o que diz a legislação brasileira sobre os deveres do Estado em relação à família, a fim de analisar como as leis podem nortear a família em relação aos seus direitos, bem como estudar a importância das relações entre a família e a Educação Infantil e como esta pode ajudar no desenvolvimento e na aprendizagem da criança.

Os autores principais usados nessa pesquisa foram: Silva (2011), para explicar a parceria família – escola na Educação Infantil; Wallon apud Galvão (1995), Piaget (2014), Vigotski (2007) que ressaltam sobre os estágios e as etapas dos primeiros anos de vida da criança.

Corroborando tais estudos, destacaremos algumas leis que regulamentam o direito da família e dever do estado para com a sociedade, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/1996, Diretrizes Gerais Resolução CNE/CEB nº 4/2010, Referencial Curricular Nacional para a Educação - 1999, Constituição Federal de 1988.

A concepção de família assumida nesta pesquisa baseia-se nas ideias de Hintz (2011), Szymanski (2007), Sambrano (2007) ao destacar que a família nuclear precisa ser compreendida considerando-se as mudanças econômicas, culturais, religiosas, bem como as mudanças que ocorreram na estrutura familiar.

Os procedimentos metodológicos deste trabalho foram de caráter qualitativo, e a metodologia foi respaldada em uma pesquisa bibliográfica, que segundo Severino (2000, s.p):

A pesquisa bibliográfica é uma busca apurada em livros, revistas, sites, jornais, documentários a respeito de um assunto. Ela tem o objetivo de auxiliar o pesquisador no desenvolvimento de sua pesquisa, pois ela irá apresentar e explicar o conhecimento atual sobre o tema selecionado e identificará pesquisas que estão sendo feitas ou foram no passado, dentro do campo e do tema escolhidos.

Com base no que foi descrito, esta pesquisa teve como referências trabalhos de fontes primárias, teses, monografias, livros, bem como documentos oficiais disponíveis em meios eletrônicos, que destacam a função e os objetivos propostos para a Educação Infantil.

Essa temática despertou-nos o interesse em responder a alguns questionamentos e críticas recebidas ao falarmos sobre o foco de estudo, pois algumas pessoas repudiam a ideia de receber a família na da escola, pois há a ideia de que os mesmos entram só para “investigar” e criticar o trabalho de professores e da equipe pedagógica, mas não entendem quão importante é para a criança ter a escola e a família ajudando-a a superar desafios. A interação com o outro e a troca de experiências ajudam os sujeitos a se desenvolverem, além de ser uma fase muito importante na vida da criança, logo essa educação deve ser de qualidade. Portanto, podemos afirmar que essa pesquisa resultou em momentos de muita aprendizagem e dedicação.

Diante desse quadro, faz-se necessário pensar na preparação da escola para a realização de trabalhos com as famílias, considerando que são capazes de contribuir para o desenvolvimento integral da criança, tendo em vista a ampliação de seus conhecimentos nos aspectos intelectuais, físicos, emocionais, culturais, entre outros.

Nesse sentido, torna-se necessário destacar a realidade do estágio Supervisionado Obrigatório realizado no Centro de Educação Infantil na Cidade de Maringá, como uma atividade que nos aproximou da área de trabalho, possibilitando-nos fazer parte de um contexto social que até então não era conhecido, bem como a teoria aprendida e as leis estudadas durante o curso de Pedagogia, todas estão interligadas com a prática observada e vivenciada, como explica Gomes (2009, p.67):

[...] atividade de aproximação com o campo profissional, por tratar-se de uma forma de inserção do mundo do trabalho e da área específica de atuação, de possibilidades de conexão entre teoria e prática estudada e a prática observada nas instituições que acolhem as estagiárias, configurando-se assim, como um passo importante na construção das identidades profissionais.

A importância do estágio supervisionado, principalmente no aspecto prático, significou que durante o curso de Pedagogia toda a parte teórica

aprendida pode ser colocada em prática, da mesma forma que os textos estudados nas disciplinas serviram de respaldo teórico. O estágio supervisionado em Educação Infantil é essencial para a nossa formação inicial, pois ele indica a importância que o educador tem na sociedade e o quanto os alunos são influenciados pelo educador.

Além disso, quando fomos a campo percebemos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) é cumprida no aspecto de que a criança é estimulada para desenvolver o físico, motor, social, no fato de haver muitas conversas, brincadeiras entre as crianças, com intermédio dos professores.

As avaliações na Educação Infantil são mostradas aos pais em dia de reunião e assinadas pelos mesmos, os quais podem ter informações a respeito do desenvolvimento de cada criança, sua participação e atenção nas atividades realizadas em sala de aula. A partir dessa observação é feito o registro das atividades e produção de portfólios com as atividades das crianças.

A instituição na qual foi feito estágio mantém contato diário com os pais em reuniões, além disso, promovem projetos com as famílias, na escola, e conta com um espaço determinado, onde as mães podem amamentar seus filhos com conforto, mesmo dentro de uma escola.

2 ALGUNS PONTOS DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA

Para compreendermos a infância torna-se necessário realizar um breve levantamento dos pontos históricos, identificando alguns momentos importantes de cada momento histórico, que não ocorre de modo linear, mas trata-se de um processo histórico com avanços e retrocessos, tendo em vista que entender a história da infância é fundamental para entendermos o que acontece nos dias atuais.

Dessa forma, vamos discutir sucintamente como era pensada a fase da infância nos períodos anteriores e quando a criança passou a ser reconhecida como um ser único.

Os problemas das crianças começaram a ser estudados tardiamente no

Brasil e em outros países. Segundo Ariès (1973), devido à falta de estudos e registros sobre a infância, houve uma inabilidade de entendê-las, e apenas nos últimos anos do campo historiográfico começou-se a estudar as crianças aproximando-as aos temas e problemas da época.

A infância não tinha valor para a sociedade, pois as crianças trabalhavam excessivas horas por dia, trabalhos esses que também eram desenvolvidos por adultos. Também com relação à saúde e à higiene essas crianças não recebiam atenção e cuidados.

Segundo Palácios (2004, p.18 - 19) “Havia uma taxa alta de mortalidade infantil devido às precárias condições de saúde e higiene e as poucas crianças que conseguiam sobreviver a tais dificuldades eram considerados ‘adultos em miniatura’.”

Além da infância ser estudada tardiamente, era considerada também uma fase sem relevância para a sociedade, pois não havia interesse em incluí-la socialmente. As crianças ficavam escondidas e excluídas da sociedade. Segundo Silva (2011, p.24), a criança estava à margem da família e só era considerada sujeito ao atingir a idade da razão. A criança passou a ser reconhecida como um ser único e diferente do adulto e a infância não estava somente à margem da família, mas também era responsabilidade da sociedade como um todo.

Anos depois houve a institucionalização da escola, com ela a infância passou a ser conceituada lentamente e a ter o reconhecimento social. Segundo Corsaro (2003), a partir do desenvolvimento de uma pedagogia para as crianças, pode-se falar em uma construção social da infância.

Para Corsaro concretiza-se o reconhecimento social e moral dos infantes (apud Nascimento; Brancher; Oliveira, 2008, p. 9)

A construção social da infância se concretiza pelo estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta para ela. Podemos falar de uma invenção social da infância a partir do século XVIII, em que há uma fundação de um estatuto para essa faixa etária, assim como a invenção da adolescência no fim do século XIX

Segundo Ariès (1973) as etapas da vida são definidas em três: a 1ª. Idade, do nascimento aos sete anos; a 2ª. Idade, dos sete aos quatorze anos; e

a 3ª. Idade, dos quatorze aos vinte e um anos; porém não eram valorizadas pela sociedade. A partir da 4ª. idade (a juventude), que vai dos vinte e um aos quarenta e cinco anos, as pessoas começavam a ser reconhecidas socialmente. Ainda existiam a 5ª idade (a senectude), considerando a pessoa que não era velha, mas que já tinha passado da juventude; e a 6ª idade (a velhice), dos 60 anos em diante até a morte.

Wallon apud Galvão (1995) propõe uma divisão das etapas de vida da criança na Educação Infantil, sendo o estágio impulsivo – emocional no primeiro ano de vida; sensório-motor e projetivo vai até o terceiro ano; personalismo, dos três aos seis anos; e o estágio categorial aos seis anos.

Seguindo outra vertente teórica para explicar o desenvolvimento infantil, podemos citar Piaget e os dois primeiros estágios da Educação Infantil, sendo o primeiro, do recém-nascido e o lactante (sensório motor); o segundo, a primeira infância: de dois a sete anos (pré-operatório).

O autor Vigotski também traz contribuições para entendermos os primeiros estágios da criança na Educação Infantil, que será explicado no próximo tópico.

2.1 DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O presente estudo busca, ainda, contribuir para um melhor entendimento das etapas da criança na Educação Infantil, tendo em vista que estudar o desenvolvimento infantil, também é entender a criança como um todo, entender suas particularidades emocionais, sua personalidade, sua exploração e ação pelo mundo no qual vive e o desenvolvimento da linguagem. Desse modo, torna-se mais fácil o entendimento e conhecimento das etapas na vida das crianças.

Segundo Galvão (1995), estudiosa da teoria de Wallon, cada etapa do desenvolvimento define um tipo de relação particular da criança com seu ambiente, o que implica dizer que a cada idade é diferente o meio da criança.

Neste tópico apresentaremos três autores que seguem a mesma linha sócio-interacionista, ou seja, afirmam que por meio da interação com o outro,

trocando experiências, ideias e conhecimento, é de suma importância para os sujeitos se desenvolverem. Segundo Coutinho (1992), “Se considerarmos a escola como um dos meios com o qual a criança tem mais contato, esta se constitui como peça fundamental no desenvolvimento infantil”.

De acordo com Wallon apud Galvão (1995, p.40), os estágios da Educação Infantil, que acontecem desde os primeiros anos de vida até os seis anos, dependem de cada indivíduo e das condições que lhe são oferecidas no ambiente em que convive.

Buscando de forma sucinta entender as etapas do primeiro aos seis anos de vida da criança, temos os primeiros estágios que abrangem a faixa etária da Educação Infantil, sendo eles: o estágio impulsivo - emocional, sensório-motor e projetivo, personalismo e o estágio categorial, que será explicado abaixo por Galvão (1995, p. 43-44, grifo nosso), **o primeiro estágio impulsivo- emocional, que acontece no primeiro ano de vida**, é dado pela emoção, instrumento da interação da criança com o meio onde vive.

O estágio sensório-motor e projetivo vai até o terceiro ano, o interesse da criança se volta para a exploração sensório-motora do mundo físico e o desenvolvimento da função simbólica e da linguagem.

No estágio personalismo, dos três aos seis anos, a criança irá formar a sua personalidade, a convivência com as pessoas se torna mais interessante, bem como suas relações afetivas.

Aos seis anos, inicia-se o estágio categorial, que, graças à consolidação dos estágios anteriores, traz importantes avanços no plano da inteligência, e seu interesse se volta para o conhecimento e conquista do mundo exterior.

Seguindo outra vertente teórica para explicar como acontece o desenvolvimento infantil nas diferentes etapas da vida da criança, podemos citar Piaget e os dois primeiros estágios da criança na Educação Infantil, sendo o primeiro, do recém-nascido e o lactante (sensório motor); o segundo, a primeira infância: de dois a sete anos (pré-operatório).

O primeiro estágio, **o recém-nascido e o lactante**, segundo Piaget (2014, p.8, grifo nosso) **vai do nascimento até mais ou menos os dois anos** de idade, quando a criança irá desenvolver a linguagem e o desenvolvimento mental, simboliza também o domínio da percepção, dos movimentos no

ambiente em que vive. Nesse período, a criança traz as coisas do mundo externo para si, ou seja, para o seu corpo. Assim, começa a linguagem e o pensamento.

Porém, antes da linguagem e do pensamento interior, em que se o sistema linguístico, a criança desenvolve a inteligência, como afirma Piaget (2014, p.10) “A inteligência, aparece, com efeito, bem antes da linguagem, isto é, bem antes do pensamento interior que supõe o emprego de signos verbais (da linguagem interiorizada).”

O segundo estágio citado por Piaget (2014, p.15 -17) é a **primeira infância: de dois a sete anos, que se dá no estágio pré-operatório**, no qual aparece a linguagem, bem como modifica-se o aspecto afetivo e intelectual da criança. A linguagem torna-se mais clara devido à troca e à comunicação entre dois ou mais indivíduos, assim como a imitação que está interligada com o primeiro estágio (sensório – motor).

Contrapondo essa ideia, Vigotski (2007, p.10) faz uma crítica aos estágios de Piaget, que acredita que o pensamento vem antes da fala, bem como divide as etapas da vida da criança em dois estágios.

Vários autores localizam esse “momento” feliz na transição entre o primeiro e o segundo ano, considerando-o como produto de atividade mental da criança. Um exame detalhado do desenvolvimento da fala e de outras formas de uso de signos era considerado desnecessário. Em vez disso, tem-se admitido que a mente da criança contém todos os estágios do futuro desenvolvimento intelectual; eles existem já na sua forma completa, esperando o momento adequado para emergir.

Para Vigotski, a relação que o indivíduo tem com o mundo não é direta, e sim mediada. Nesse contexto, a linguagem ocupa um papel primordial, pois é por meio dela que os sujeitos se comunicam. A linguagem possui funções cognitivas e comunicativas que constituem-se na base da formação das Funções Psicológicas Superiores (FPS), a qual ocorre por meio da memorização ativa, atenção voluntária e imaginação, que são funções unicamente humanas e não são inatas, ou seja, não fazem parte do indivíduo desde seu nascimento.

Como afirma Vigotski (2007, p.24), o indivíduo desenvolve-se por meio da mediação, percepção, atenção, memória e movimento, e a partir de uma situação estimuladora. Sendo a percepção capaz de lhe proporcionar o contato e o significado dos objetos que estão à sua volta. A criança interpreta as informações do objeto somente pelo tato, utilizando assim, os órgãos do sentido.

A **percepção** dos objetos está interligada com a relação do **movimento**, pois para que a criança possa alcançar o objeto que deseja explorar deverá movimentar-se, seja por meio do engatinhar ou pelos primeiros passos.

Por conseguinte, vem a atenção e a memória, que também estão envolvidos na percepção, pois envolvem os processos mentais, que podem influenciar na interpretação dos objetos ou instrumentos que estão sendo percebidos pela criança, e segundo Vigotski (2007, p.27, grifo nosso), “[...] dentre as grandes funções da estrutura psicológica que embasa o uso de instrumentos, o primeiro lugar deve ser dado à **atenção**.”

O autor ainda afirma que:

[...] a possibilidade de combinar elementos dos campos visuais presente e passado (por exemplo, o instrumento e o objeto – alvo) num único campo de atenção leva, por sua vez, à reconstrução básica de outra função fundamental, a **memória** (VIGOTSKI, 2007, p. 28).

O aprendizado pré-escolar se dá na educação infantil, e, segundo Vigotski (2007, p.95), é quando as crianças são estimuladas, para desenvolverem as funções citadas acima, bem como por meio de atividades lúdicas, jogos e exercícios que desenvolvam suas capacidades motoras e cognitivas.

Assim, as crianças iniciarão o aprendizado escolar, fazendo descobertas na Educação Infantil, lembrando que mesmo o aprendizado pré-escolar não sendo um aprendizado que resulte em exigências formais como avaliações ou que não se constitui como um pré requisito para o ingresso no Ensino Fundamental, é de suma importância que seja bem explorado para que o aprendizado escolar seja de qualidade, para que a criança seja capaz de criar e desenvolver as atividades propostas pelo professor.

Para falar sobre o aprendizado escolar, torna-se essencial falar sobre a zona de desenvolvimento proximal, que está dividido em pelo menos dois níveis de desenvolvimento.

O primeiro nível trata-se do desenvolvimento real, ou seja, o que a criança já consegue fazer sozinha, sem o auxílio ou mediação de outras pessoas. Segundo Vigotski (2007, p. 95-96), “[...] o nível de desenvolvimento real é o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados.”

O segundo nível é a zona de desenvolvimento proximal que diz respeito ao que a criança não consegue fazer sozinha, ou seja, realiza atividades com a ajuda de outras pessoas. Por exemplo, durante uma atividade realizada em sala de aula, a criança precisa que o professor lhe dê explicações, demonstrando como realizar a atividade proposta. Segundo Vigotski (2007, p. 97)

A zona de desenvolvimento proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

Sendo estas fases cheias de descobertas, experiências, interesses pelo mundo físico, bem como pelo lugar onde vive. Galvão (1995, p. 100) estudiosa de Wallon, ressalta que é essencial que a estrutura física da escola, em especial a sala de aula também seja um lugar de desenvolvimento para a criança.

Desse modo, os brinquedos devem estar ao alcance das crianças, os móveis devem ser bem planejados e com os cantos arredondados, bem como o planejamento de aula dos professores, proporcionando um ensino significativo para a criança na Educação Infantil.

A pré-escola representa um momento único para os infantes, por isso a necessidade de ter uma mediação pedagógica por parte dos professores e afetiva da família, Nicolau (1996, p. 146-147) afirma que:

A nossa realidade atual de Educação infantil necessita se empenhar para que cada momento seja uma vivência; cada objeto, um desafio; uma oportunidade de busca, de experimentação, de descoberta, o que, no meu entender, só se torna possível mediante uma ação pedagógica comprometida com a criança, com suas características, com necessidades e com possibilidades.

Ou seja, é função dos professores e da escola criar melhores condições para que a criança se desenvolva na aprendizagem, bem como nos aspectos físicos e culturais.

Diante das questões citadas acima, nas quais buscou-se apresentar, por três perspectivas teóricas as etapas da criança na Educação Infantil, torna-se necessário conhecer e entender também algumas leis presentes no Referencial Curricular Nacional para a Educação (1999), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Constituição Federal de 1988 que fazem referências à Educação Infantil.

3 LEIS E PROPOSTAS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Como um dos objetivos deste trabalho é investigar algumas leis que regulamentam o direito da família e dever do estado para com a sociedade, faz-se necessário entender como esta instituição se constitui, como é amparada por leis e diretrizes, e entender qual é o lugar da Educação Infantil nessas leis e propostas curriculares.

Desse modo, serão brevemente apresentadas as principais leis como: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), o Referencial Curricular Nacional (1999), Lei de Diretrizes e Bases (1996), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Constituição Federal de 1988.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990), a infância e a adolescência são prioridades nacionais, bem como o direito da criança de zero a cinco anos na educação infantil e insere a criança de seis anos no ensino fundamental, modificando a abrangência da faixa etária da educação infantil.

Conforme a Lei Nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006, que altera os artigos da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece que as Diretrizes e Bases da Educação Nacional devem garantir a matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, bem como a duração de 09 (nove) anos para o ensino fundamental, ou seja, as crianças entrarão no primeiro ano do ensino fundamental aos seis anos e terminarão o nono ano do ensino fundamental aos quatorze anos, conforme afirma o Art. 32 – O ensino fundamental obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 06 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão (BRASIL, 2006).

O Documento Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) reafirma seu dever com o atendimento à família, bem como o direito que é assegurado por lei, em que os pais devem ter acesso à rotina pedagógica da instituição, a fim de saber o que seu filho aprendeu ou irá aprender na Educação Infantil:

Art. 53. Parágrafo único. **É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico**, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura (BRASIL, 1990a, grifo nosso).

A Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 205 e 208, afirma o dever do Estado para com a Educação:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 5(cinco) anos de idade (BRASIL, 1988).

Art. 205. A educação, **direito de todos e dever do Estado e da família**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, grifo nosso).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, define e assegura em seu artigo 12 que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- VI – **articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração** da sociedade com a escola.
VII – **informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos**, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Nos méritos legais da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394 de 1996 a educação infantil é tratada na Seção II, do capítulo II (Da Educação Básica), nos seguintes termos:

Art. 29º: A educação infantil, primeira etapa da educação básica como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art.30º: A educação infantil será oferecida em:

II- Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II- Pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Artº 31: Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996, p.12).

As Diretrizes Gerais realçam no parágrafo terceiro, Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que a Educação Infantil está definida como: os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e do respeito mútuo em que se assenta a vida social devem iniciar-se na Educação Infantil e sua intensificação deve ocorrer ao longo da Educação Básica (BRASIL,1999).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Resolução CEB nº 01, de 07 de abril de 1999, artigo 3º, inciso III que estabelece que as propostas pedagógicas para a educação infantil devem promover “práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível”. Ou seja, a criança deve ser entendida como um ser único, que precisa ser respeitada nos seus aspectos físicos, afetivos, sociais e linguísticos.

Diante dos documentos citados acima, percebemos quão importante é a Educação Infantil, embora a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) e a Constituição Federal de 1988 destaque a Educação Infantil como prioridade, os

municípios destacam como prioridade o ensino fundamental e assim possibilitará o acesso á outros níveis de ensino, como explica em seu artigo 11 que os municípios incumbir-se-ão de:

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, **com prioridade, o ensino fundamental**, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Podemos notar, observando os demais documentos, que a criança e a família têm seus direitos assegurados, bem como o dever da família em relação à escola. Os documentos deixam claro, também, o direito das crianças ao atendimento em creches e pré-escolas, sendo um dever do Estado e não somente da família.

A não participação dos pais na Educação de seus filhos implica na falta de conhecimento sobre o processo pedagógico desenvolvido na escola, sendo que conhecer as propostas da escola, bem como conhecer os trabalhos realizados dentro da sala de aula é um direito garantido pela lei do Estatuto da Criança e do Adolescente e a escola precisa conquistar a família, e ajudá-los a entender e ter ciência de seus direitos.

O próximo assunto a ser estudado é essencial, pois é o tópico principal desta pesquisa. Serão destacados assuntos que darão respaldo para o compreensão e importância da relação família e escola, bem como os caminhos que podem ser percorridos para tentar a aproximação entre ambos.

4 RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Neste tópico será discutido o objetivo geral do trabalho, que é compreender o papel das relações entre família e escola no desenvolvimento da criança da educação infantil, a fim de proporcionar conhecimentos que possam subsidiar a compreensão da primeira etapa da educação básica.

Silva (2011, p. 85) evidencia ser necessário entender que, apesar de a escola e família serem diferentes em vários aspectos, em alguns pontos são

concordantes. Um deles é o foco no desenvolvimento integral da criança; logo, é essencial que haja a relação entre família, compartilhando ideias, dúvidas em prol de um objetivo: cuidar e educar. É importante que desde a Educação Infantil se construa uma parceria família-escola.

Segundo Nicolau (2000, p. 120), família e escola devem-se falar e ouvir o outro, ouvir suas ideias a respeito do ato de conhecer, bem como o resultado desse diálogo sobre a infância e sua inserção no mundo.

O conhecimento a respeito desses e de outros aspectos é de suma importância, pois a criança sente a necessidade de interagir e ser acolhida, tanto pelos profissionais da escola quanto pela família. Não vamos afirmar que é fácil manter o diálogo em meio a tantas tarefas e desafios enfrentados. Silva (2011, p.27) explica que se deve ter como intuito o desenvolvimento das crianças e o seu bem-estar, tarefa a ser reconstruída todos os dias. Seja na simples tarefa de receber as crianças no horário de chegada e saída, salientando que é importante a qualidade do atendimento que se dá a família.

Ainda sobre esse assunto, a autora explica que além do bem estar e a qualidade do atendimento, a relação família – escola interfere no desenvolvimento integral da criança.

Mais um fator positivo e importante a salientar é exposto por Galvão (1995, p.101), que explica que essa relação família-escola, sendo uma vivência diferente da familiar, também reflete na formação da personalidade da criança.

Além dessa vivência, é preciso que o ambiente onde a criança convive supra suas necessidades básicas, e lhe transmita segurança e comunicação, pois o meio interfere no desenvolvimento da criança, por isso que as relações entre família e escola são essenciais, já que a mesma aprende com o que está ao seu redor.

Segundo Silva (2011, p.88), os professores com a equipe escolar desempenham um papel importante, com o intuito de desenvolver projetos para que a família seja inserida na escola, de modo que a escola ofereça diretrizes aos pais, a fim de oportunizar o acompanhamento e entender o que é trabalhado na escola, para, assim, ter um efetivo entendimento quanto ao que é desenvolvido.

Desse modo, provavelmente teremos crianças com mais vontade de estudar, bem como crianças se desenvolvendo de acordo com seus limites.

Silva (2011, p. 103) enaltece que diante dessa relação, “os primeiros dias na creche e/ou escola de educação infantil são fundamentais para o início da construção de uma relação família-escola baseada na confiança, troca e no diálogo”.

Logo, podemos levar em consideração que o diálogo e a parceria entre família-escola é indispensável e essencial tanto para a escola e para os pais, como para a criança.

Segundo Silva (2011, p.29), a família precisa estar em parceria com a escola para elevar a qualidade da educação e o respeito ao educando, pois toda forma de diálogo, parceria, ajuda, troca de ideias e experiências, respeito ao próximo é importante para o desenvolvimento de um relacionamento prazeroso para a escola, família e as crianças.

Sendo a família o primeiro meio socializador da criança, torna-se importante conhecer algumas mudanças ocorridas na estrutura familiar durante os séculos e como essa mudança inseriu a criança no mundo, tendo em vista que nos séculos anteriores as crianças eram vistas como adultos em miniatura, que trabalhavam excessivas horas, com pouca higiene e condições humanas.

Primeiramente é importante definir família. Szymanski (2007, p.85) evidencia que são pessoas que convivem juntos, assumindo uma ligação entre si, incluindo uma relação de cuidado e amor entre os adultos e deles para com as crianças e idosos.

Segundo Sombrano (2007), família pode ser conceituada como um grupo social formado por parentes, uma instituição que ajuda o indivíduo a se situar na sociedade e na construção do ser social e pessoal, bem como na organização de um ambiente saudável, com a satisfação das necessidades primárias a todas as pessoas.

Devido às mudanças econômicas, culturais, religiosos, nas leis e no mercado de trabalho, também ocorreram mudanças na estrutura familiar. Segundo Hintz (2001, p.11) tais mudanças modificaram o número de membros, diferenciando-se das famílias maiores do início do século XX, quando conviviam pais, filhos, parentes por consanguinidade ou por amizade e empregados que moravam juntos com seus patrões. Já na segunda metade do século XX, uma família denominada nuclear, moram o pai, mãe e filhos.

Para reafirmar o que foi explicado acima, tomamos como base

(STRALTON apud DESSEN, 2007, p.18), mesmo diante as mudanças ocorridas culturalmente, socialmente e historicamente no início do século XX e que refletem hoje no século XXI, a família ainda continua sendo uma instituição com forte influência, mais um pouco mais complexa do que as imagens do passado nos levariam a pensar

A pós-modernidade é marcada pela pluralização de várias situações. Existe uma pluralidade de religiões, ideias, modelo familiar, entre outros e não existe um modelo que seja julgado como certo ou errado. Segundo Vaitsman (1994), o que define a família na pós-modernidade é a inexistência de um modelo dominante.

As famílias atuais não são mais tradicionais, com membros de sangue e sim uma diversidade de famílias. Segundo Hintz (2001, p.15), as famílias atuais são formadas por pais ou mães únicos, ou seja, família monoparentais, que são decorrentes de divórcios e separações, além disso, presenciamos pais e mães que não assumem seus filhos por vários motivos, sendo eles econômicos, psicológicos, emocionais ou por famílias formadas por casais homossexuais,

Vivemos em um mundo onde temos uma diversidade de etnias, religiões e modelos familiares (heterossexual, homossexual, pais separados), por sua vez a escola tem que se adaptar com essas novas mudanças que vem acontecendo na sociedade, pois esta é a realidade das crianças na atualidade, como explica Silva (2011, p. 125-127) “Hoje, encontramos a constituição de diferentes tipos famílias: as nucleares, as extensas (incluindo avós, tios, primos e amigos), as monoparentais (somente o pai e os filhos ou somente a mãe e os filhos) e outros arranjos pós-separação”.

Diante disso, o diálogo entre a nova estrutura familiar também é importante, pois a instituição escolar deve estar ciente que a criança está passando por mudanças delicadas em sua vida. A parceria entre a família e a escola pode interferir, bem como ajudar no desenvolvimento e na aprendizagem da criança, tornando-se, assim, primordial a atenção, a dedicação, o afeto e o respeito de ambas as partes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após muitas leituras, longas discussões e reflexões sobre o tema pesquisado, finalmente chegamos ao seu ponto final, tendo em vista que uma pesquisa acadêmica não se esgota, pelo fato de tal estudo requerer ainda muitas pesquisas. Também pelo fato de o tema “as contribuições das relações entre família e escola no desenvolvimento infantil” ser muito importante e amplo para a Educação.

Com base nas ideias expostas, retomamos alguns aspectos do presente texto.

A metodologia deste trabalho foi com base em uma pesquisa bibliográfica na qual foi possível fazer buscas e análises em trabalhos de fontes primárias, teses, monografias, livros, bem como documentos oficiais disponíveis em meios eletrônicos que destacaram acerca da função e dos objetivos propostos para a Educação Infantil.

Sendo assim, foi possível destacar nas leis estudadas que são passíveis de mudanças e reformulações como: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/1996), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990), Constituição Federal de 1988 e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1999).

A lei n. 9.394/96 oferece respaldo para a Educação Infantil, sendo uma modalidade que deve ser valorizada por pais e educadores, priorizando o bem estar e desenvolvimento integral das crianças.

A maioria dos documentos mostraram a preocupação em garantir e inserir as crianças de zero a cinco anos na Educação Infantil e a partir dos seis anos no Ensino Fundamental. A Lei n. 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Art. 32, garante a matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, bem como a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental.

Em relação ao papel e responsabilidade da escola para com a família, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 define e assegura no artigo 12, o acesso a documentos pertinentes sobre o rendimento do aluno, bem como sua proposta escolar.

Assim também acontece no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reafirma seu dever com a família, onde os pais devem ter acesso à rotina pedagógica da instituição, a fim de saber o que seu filho aprendeu ou irá

aprender na Educação Infantil.

Mas não é só a escola que tem o papel para com a Educação, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205 e 208, afirma que a Educação é direito de todos e dever do estado e da família.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Constituição Federal de 1988 destaquem a Educação Infantil como prioridade, os municípios destacam como prioridade o ensino fundamental, pois possibilitará o acesso a outros níveis de ensino.

Bom seria se tudo o que está assegurado nas leis acontecesse na prática e no dia a dia da escola, dos professores, dos alunos e da família, tendo em vista um objetivo maior que é promover o desenvolvimento da crianças.

Desse modo, depois de estudar os direitos e deveres da criança, da família e da escola, tornou-se necessário conhecer a criança em vários aspectos, entender suas particularidades emocionais, sua personalidade, sua exploração e ação pelo mundo no qual vive. Por isso foram estudadas as etapas do desenvolvimento infantil, seguindo três vertentes teóricas, que seguem a mesma linha sócio-interacionista, ou seja, afirmam que por meio da interação com o outro, trocando experiências, ideias e conhecimento os sujeitos desenvolvem-se.

Wallon apud Galvão (1995) defende que do primeiro aos seis anos de vida da criança acontecem vários estágios da infância, sendo o primeiro impulsivo – emocional do nascimento até o 1º. ano de vida, período em que as emoções (choro, risos) são os instrumentos que os infantes utilizam para se relacionar. O segundo estágio acontece do 1º. até o 3º. ano de vida é o sensório-motor e projetivo, que é responsável pela exploração do mundo físico e o desenvolvimento da linguagem. O terceiro é o personalismo, que vai de três a seis anos, quando a criança irá formar sua personalidade, por meio da convivência com outras pessoas e pela imitação. O quarto estágio defendido pelo autor é o estágio categorial, que se inicia aos seis anos, neste, a inteligência e seu interesse voltam-se para o mundo exterior

Piaget (2014) defende dois estágios da infância, sendo o primeiro do recém-nascido e o lactante, vai do nascimento até mais ou menos os dois anos de idade (sensório motor), nessa idade a criança está começando a dominar os movimentos do seu corpo e do ambiente em que vive, bem como está

desenvolvendo sua linguagem e seu desenvolvimento mental, segundo esse autor a inteligência aparece bem antes da linguagem.

O seguinte, citado por Piaget, é a primeira infância: de dois a sete anos, que se dá no estágio pré-operatório, quando aparece a linguagem mais clara, devido à interação com outras pessoas, também modifica-se o aspecto afetivo e intelectual da criança.

Para Vigotski (2007), a criança não está dividida por estágios, e acredita que a mesma desenvolve-se por meio da mediação, pela percepção e contato dos objetos, atenção, memória e movimento que a criança realiza ao alcançar um objeto ou instrumento desejado.

A zona de desenvolvimento proximal, defendida pelo autor, está dividida em pelo menos dois níveis de desenvolvimento. O primeiro é o nível de desenvolvimento real (a criança já consegue fazer sozinha) e o segundo nível é a zona de desenvolvimento proximal (o que a criança não consegue fazer sozinha), e segundo Vigotski (2007, p. 97) a zona de desenvolvimento proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela solução de problemas, sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

A infância é uma construção histórica, desde os séculos anteriores até os dias atuais, e entender a história da infância é fundamental para entendermos o reconhecimento de família, da infância e da escola e como essa relação se estabeleceu aos longos dos anos.

Foi de suma importância entender que em época passadas as crianças não eram reconhecidas como um ser único, com suas especificidades, havia poucos registros sobre a infância, e em decorrência disso sua perspectiva histórica, social e emocional também não era reconhecida pela sociedade.

Foi somente no final do século XX, que a criança deixou de ser responsabilidade somente da família, e a sociedade passou a reconhecê-la como um ser único, pois desde que nascem as crianças já estão inseridas em um mundo.

Finalmente, consideramos que refletir acerca da relação entre família e escola, nos diferentes aspectos estudados, não é uma tarefa fácil, pois ambos têm ideias e objetivos divergentes, porém é de suma importância conhecer as

famílias e romper com preconceitos e deixá-las entrar na instituição na qual seu filho estuda.

Já que os métodos de aproximação adotados pela escola, mesmo sendo tarefas simples, como festas comemorativas, recados em agendas, reuniões, não aproximam escola e família, tem-se a necessidade de valorizar e priorizar esses métodos. É importante que a escola tenha clareza dos papéis a serem desempenhados na relação com as famílias, para manter o diálogo com a mesma.

Os profissionais que lidam diariamente com a família e a criança também devem saber a importância dessa relação, bem como reconhecê-las como importantes e bem-vindas para o processo de ensino e aprendizado da criança.

Com o desenvolvimento desta pesquisa pudemos perceber inúmeros desafios relacionados à relação escola/família, desafio esses que a escola enfrenta em relação a não participação de alguns pais, fazendo com que, na maioria das vezes, a escola resolva problemas sozinha, sendo que também é papel dos pais ajudarem. Portanto, deve haver a conscientização do quão importante é a participação dos mesmos na vida escolar de seus filhos.

6 REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

_____. _____. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara: 1973.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____.Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.**Ampliação do ensino fundamental para nove anos: 3º relatório do programa / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/relatorio_internet .pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/relatorio_internet.pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2014.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira)

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha. **Psicologia da educação**: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a educação. Belo Horizonte: Lê, 1992.

DESSEN, M. A. A família como contexto de desenvolvimento. In: FLEITH, D.S. **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2007.v. 3. p.9-28.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação contínua, estatuto da prática e estágio na formação de educadores**. Formação de professores na Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2009.

GALVÃO, Izabel. **Henry Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1995.

HINTZ, Helena Centeno. **Novos tempos, novas famílias?** Da modernidade à pós-modernidade, 2001. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1363010551_hintz_novos_tempos,_novas_fam%C3%ADias_-_complementar_8_abril.pdf>. Acesso: 10 jul. 2014.

_____. Lei nº. 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário oficial da união**, Brasília, DF, p.18 - 13 de jul. 1990.

_____. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 3v. 1999.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: 2009.

NICOLAU, M.L.M. **Escolarização e socialização na educação infantil**. São Paulo: Editora, 2000.

_____. **Educação pré-escolar**: fundamentos e didática. São Paulo: Ática, 1996.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do. BRANCHER Vantoir Roberto. OLIVEIRA Valeska Fortes de. **A Construção Social do Conceito de Infância**: uma

tentativa de reconstrução historiográfica. Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04. 18, jan. / jun. 2008.

SENA, Paulo de. **O município e a responsabilidade pela Educação Infantil na Constituição, na LDB e no PNE.** Jul. 2004. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-epesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/210643.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

PALÁCIOS, Jesús. Psicologia evolutiva: conceitos, enfoques, controvérsias e métodos. In COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação.** Psicologia evolutiva. Tradução Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2004.v. I

_____. Parecer no. CEB 022/98; Resolução CEB no. 1, de 7 de abril de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 1998.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia.** Tradução Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. 25. ed. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária, 2014.

SEVERINO A.J. **Metodologia do trabalho científico.** 21.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ana Teresa G. A. M. da. **A construção da parceria família-creche: expectativas, pensamentos e fazeres no cuidado e educação das crianças.** 2011.188f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo-São Paulo, 2011.

SOMBRANO, Taciana Mirna. (Org.) **Vivendo com as crianças e suas famílias: desafios para o educador?** Anais do Congresso de Educação Infantil – UNESP/ Araraquara, 2007, p. 65-68.

SYMANSKY, Heloísa. **A relação família/escola.** Desafios e perspectivas. Brasília: Líber Livros, 2007.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. In: VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** Tradução José Cipolla Neto; Luís Silveira Menna Barreto; Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.